

China dá alento a exportação brasileira

Indústria do país asiático mostra sinais positivos, o que já se reflete, por exemplo, no preço do minério de ferro vendido pelo Brasil

A CHINA E O MINÉRIO

● **Aceleração da economia chinesa deve trazer alívio para a balança comercial***

OS PRINCIPAIS PRODUTOS	TOTAL (EM US\$)	PARTICIPAÇÃO
Minérios de ferro e seus concentrados	20.268.802.455	12,94%
Soja	19.768.446.016	12,62%
Óleo brutos de petróleo	7.077.126.662	4,52%
Açúcar de cana, em bruto	5.903.353.812	3,77%
Carne de frango	4.793.664.629	3,06%

FONTE: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR

Luiz Guilherme Gerbelli

A economia chinesa tem dado recentemente sinais positivos, contrariando previsões de analistas que previam uma desaceleração mais forte. Para o Brasil, esses sinais começam a trazer esperança de um melhor desempenho na balança comercial, já que os chineses são os principais clientes das empresas brasileiras.

A grande surpresa da economia chinesa tem sido o desempenho da indústria, em um momento em que o governo local sinalizou que faria uma reorientação do crescimento econômico para o consumo. O índice de gerentes de compras (PMI, na sigla em inglês) da indústria su-

biu em setembro. Pela última previsão do Fundo Monetário Internacional, o Produto Interno Bruto da China deve crescer 8% este ano.

A China é a maior importadora de produtos brasileiros, com destaque para o minério de ferro e commodities agrícolas, principais itens da pauta de exportação da balança comercial do Brasil (*ver quadro*). “A economia chinesa começa a mostrar uma recuperação em relação aos padrões de crescimento dela. O Brasil é impactado toda vez que a China sofre qualquer mudança econômica”, afirma José Augusto de Castro, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB).

Os sinais positivos da China

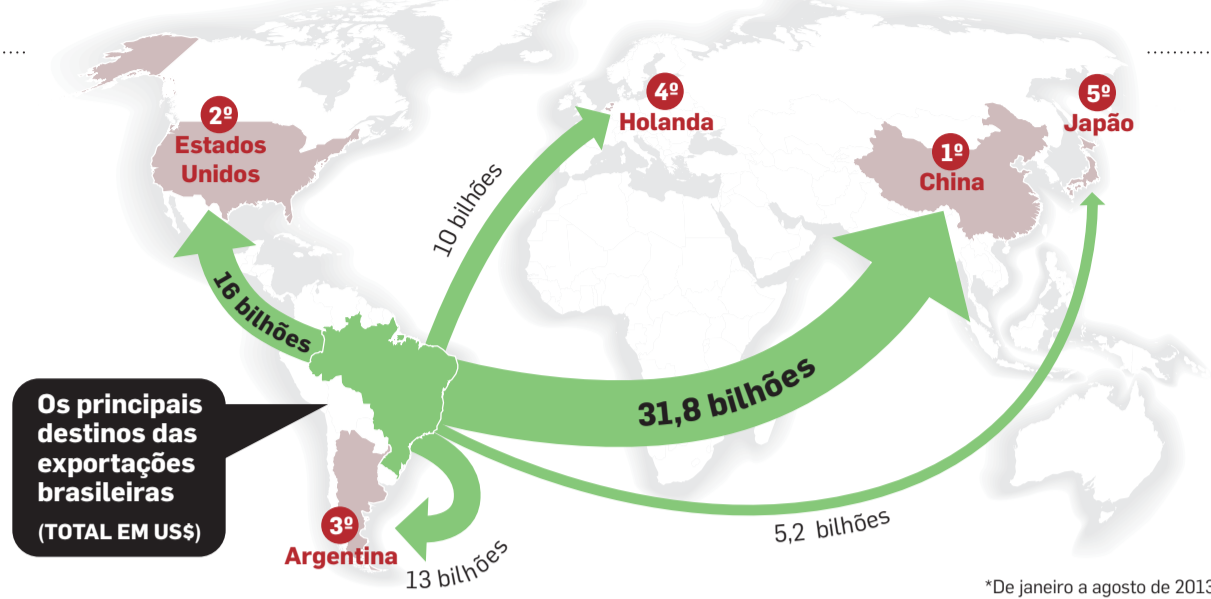
ajudaram a elevar a cotação do preço do minério. No mês de agosto, a tonelada do produto foi vendida a US\$ 84,7. Na primeira semana de setembro, passou para US\$ 86,9, subiu para US\$ 94,3 na semana seguinte, e chegou a US\$ 99. “A minha expectativa é que essa cotação deve alcançar entre US\$ 105 e US\$ 108 por tonelada”, afirma Castro. Entre janeiro e agosto, a cotação do minério teve uma queda de 2,9%.

Em julho, a AEB previu um déficit de US\$ 2 bilhões para o ano mas, segundo Castro, o resultado deste ano pode ficar próximo de um “zero a zero” por causa do efeito minério.

O reaquecimento da economia também abre uma “boa

perspectiva” para o primeiro semestre de 2014, segundo Rodrigo Branco, economista da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex). “A melhora da China traz uma perspectiva positiva porque a gente esperava desaceleração maior”, diz. “Isso é um fato positivo, que terá impacto no nosso

● **Valorização US\$ 99** é a cotação atual da tonelada de minério de ferro. No início de agosto, o produto, que é o principal item de exportação brasileira para a China, estava cotado a US\$ 84,7 a tonelada



*De janeiro a agosto de 2013
INFOGRÁFICO/ESTADÃO

Ações da Vale sobem com visão positiva sobre país asiático

Só em setembro, os papéis da mineradora, que tem na China seu principal mercado, sobem 3,12%

Os sinais de melhora da economia chinesa também trouxeram impacto positivo para o mercado de ações brasileiro. Até sexta-feira, o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa) acumulava ganho de 7,45% em setembro. Esse bom desempenho também foi impul-

sionado pela decisão do Federal Reserve (Fed, o banco central dos Estados Unidos) de manter os estímulos econômicos e pela desvalorização do real.

“Esses fatores impulsionaram diretamente ações como as da Vale, das empresas de siderurgia, papel celulose e petroquímica”, afirma Helder Soares, da gestora Claritas. “São setores importantes no Ibovespa.” Neste mês, as ações preferenciais da Vale acumulam alta de 3,12%, e as ordinárias de 2,15%. No segundo trimestre, a participação da China nas ven-



Venda. No segundo trimestre, 43% das exportações de minério da Vale foram para a China

das de minério de ferro e pellets foi de 43,8%. Na terça-feira passada, o presidente da Vale, Murilo Ferreira, afirmou que “a China só dá alegria”. A alta acumulada do Iboves-

pa até setembro, porém, não é suficiente para reverter o desempenho ruim da Bolsa acumulado neste ano. A queda chega a 11,85%. “Esse melhora da Bolsa não surpreendeu tanto as-

comércio exterior.”

O ritmo maior da indústria chinesa não deve ser suficiente para reverter o ano ruim da balança comercial. Na semana passada, o próprio Banco Central estimou um superávit de apenas US\$ 2 bilhões para este ano, resultado bem abaixo do de 2012, quando o saldo positivo foi de US\$ 19,4 bilhões.

Na avaliação do diretor de Pesquisa Econômica da consultoria GO Associados, Fabio Silveira, uma melhora deve ser encarada como um “suspiro”. “Pode até haver alguma alta de receita nos próximos meses, mas ela vai ser discreta. Não vai alterar significativamente o resultado das exportações. Eu diria que existe mais torcida do que

fundamento para ter alguma melhora das exportações.” A GO Associados prevê um saldo de US\$ 2 bilhões na balança comercial deste ano.

De acordo com o economista, qualquer ganho com o minério daqui para a frente em 2013 vai servir para recuperar o espaço perdido pela produção brasileira para a Austrália na China.

“A Austrália é um fornecedor mais próximo do mercado chinês, com uma oferta de produto boa e frete mais barato”, afirma Silveira. Ele também destaca que a receita do minério de ferro exportada deve avançar pouco este ano: será de US\$ 32 bilhões, ante US\$ 31 bilhões do ano passado. Em 2011, foi de US\$ 41 bilhões.

Demanda por redução de impostos supera R\$ 1 trilhão

Impacto financeiro e orçamentário equivaleria a quase um quarto do Produto Interno Bruto nacional

Mauro Zanatta / BRASÍLIA

Nem mesmo uma conta de desoneração tributária que já superou R\$ 50 bilhões neste ano até agosto, segundo a Receita Federal, foi capaz de saciar o apetite dos mais diversos lobbies de corporações, movimentos sociais e empresários no Congresso. A demanda por novas reduções de impostos, anistias e gastos adicionais de custeio e investimento públicos já ultrapassa R\$ 1 trilhão na Câmara, estima a Comissão de Finanças e Tributação (CFT).

É quase uma Noruega de pedidos de novas benesses que a bancada governista tem tentado barrar na comissão a pedido do Palácio do Planalto – o PIB do país nórdico somou US\$ 500 bilhões no ano passado.

A pedido do Estado, a CFT listou os principais projetos e propostas em tramitação no colegiado cujo impacto financeiro e orçamentário equivaleria a quase um quarto do PIB nacio-



ANDRE DUSEK/ESTADÃO-26/5/2011

Temor. Questão é de estabilidade fiscal, de acordo com o vice-líder do governo na CFT, Afonso Florence

os professores de rede pública estadual, passando por isenção de contribuições das filantrópicas do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), incentivos fiscais a empresas empregadoras de menores aprendizes e redução da contribuição à Previdência de empregadores domésticos.

O festival de propostas de ganância complica o caixa da União e ameaça igualmente Estados e municípios. “Julgamos, aqui, a adequação orçamentária e financeira. Não entramos no mérito. É uma questão de estabilidade macroeconômica, de estabilidade fiscal”, diz o vice-líder do governo na CFT, deputado Afonso Florence (PT-BA).

“São desonerações justas, mas são centenas. É como o fica o Estado sem essa mediação das demandas?” Na semana passada, ao menos dez projetos foram retirados de pauta a pedido do governo. A maior parte das proposições não contém informações preliminares exigidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, como estimativa de renúncia de receita, medidas de compensação nem comprovação de que a desoneração manterá incólumes as metas de resultados fiscais.

Uma emenda apresentada pelo líder peemedebista Eduardo Cunha (RJ) ao projeto que altera o indexador das dívidas de Estados e municípios poderia, sozinha, significar uma “anistia” de R\$ 300 bilhões. Há mais 50 projetos em pauta na comissão

cujos impactos superam R\$ 200 bilhões em despesas adicionais à União. Quando somadas outras 2,2 mil propostas em tramitação na CFT, esse custo potencial ultrapassaria R\$ 1 trilhão. Os Estados devem R\$ 396,5 bilhões e as prefeituras, R\$ 66,4 bilhões, segundo dados do Tesouro Nacional.

Dívida. O projeto de Cunha, por exemplo, reduz em até 35% a parcela mensal paga por prefeituras e Estados ao excluir receitas vinculadas à saúde e educação da Receita Líquida Real (RLR) nos contratos de dívida com a União. “Estamos vendo com Eduardo Cunha para retirar essa emenda por que impacta na dívida líquida, em questões macroeconômicas da União”, diz Florence.

Os governistas têm tido trabalho, já que uma súmula interna, aprovada pelo presidente da CFT, João Magalhães (PMDB-MG), limita a quatro a manobra regimental que permite a retirada desses projetos onerosos da

● **Debate** “Julgamos, aqui, a adequação orçamentária e financeira. Não entramos no mérito. É uma questão de estabilidade macroeconômica, de estabilidade fiscal.” Deputado Afonso Florence (PT-BA)

VICE-LÍDER DO GOVERNO NA CFT

pauta da comissão. “Rejeitamos a proposta, mas aprovamos, em alguns casos, uma indicação ao Executivo para avaliação”, ressalva o deputado.

Florence dá como exemplo a construção de prédios públicos sem dotação orçamentária. “Se não for em prédio cedido, tem que comprar terreno, licitar, construir, pagar pessoal, merenda, manutenção. Não custa menos que R\$ 15 milhões.” Na lista das propostas de ganância, e cujo combate mobiliza a base parlamentar do Planalto, estão a extensão da dedução de 4% do IR sobre o programa de alimentação de trabalhadores em empresas que declaram pelo lucro presumido. Hoje, o benefício está restrito às declarações pelo lucro real.

O projeto que estabelece a Estados e municípios um piso salarial de R\$ 9 mil para médicos e dentistas por 20 horas semanais prevê complemento financeiro da União. Uma iniciativa recente dá incentivos fiscais a empresas de turismo com jovens aprendizes e outra cria Zonas de Processamento de Exportação, concedendo benefícios tributários com renúncia de receita tributária à União. Tem, ainda, proposta para zerar PIS-Cofins sobre prestação de serviços de TV a cabo e internet banda larga e fornecimento de software, além de projeto para isentar do Imposto de Importação as chamadas memórias em estado sólido (SSD) de computadores.